EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 10/2018

O Município de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para o conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, no **dia 27 de setembro de 2018, às 09 horas, junto ao Salão Nobre da Prefeitura Municipal**, sito à Rua João Amandio Sperb, 338, cidade de Gaurama, RS, em sessão pública da Comissão de Licitações, na modalidade Tomada de Preço, estará recebendo e procedendo na abertura dos envelopes de habilitação e proposta para o fornecimento de serviços de acesso à internet, objeto deste edital.

Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de acesso à internet por meio de fibra ótica, com fornecimento de rede de transmissão, serviço de conexão à internet, com velocidade mínima (link) de 20 mbps download x 05 mbps upload, sete dias por semana, 24 horas por dia, a serem disponibilizados em dois pontos localizados na área rural do Município de Gaurama/RS, sendo um ponto na sede da Comunidade de Linha Nove e outro ponto na sede da Comunidade de Linha Alto Caçador, com manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, tudo conforme plano de trabalho, plantas, projetos, memoriais, planilhas e detalhamentos que fazem parte deste edital.

Obs. I: O objeto deste certame visa disponibilizar serviços de acesso à internet na zona rural do Município de Gaurama/RS.

Obs. II: O Município irá arcar com as despesas para que os serviços de acesso à internet estejam disponíveis aos munícipes na sede das comunidades indicadas, custeando as despesas com material, mão de obra e equipamentos que se fizerem necessário.

Obs. III: Eventual rede de transmissão, o material, mão de obra e equipamentos necessários para interligar o ponto existente na sede da comunidade respectiva até a propriedade do munícipe interessado será de inteira e exclusiva responsabilidade deste tal custeio, cabendo também exclusivamente ao munícipe arcar com as despesas mensais com o fornecimento dos serviços de acesso à internet.

Obs. IV: O licitante vencedor não terá garantia de número mínimo ou máximo de munícipes interessados nos serviços de acesso/conexão à internet em cada comunidade.

Obs. V: As despesas de que tratam a observação III deverá ser buscada pelo licitante vencedor diretamente junto ao munícipe respectivo, não tendo o Município qualquer responsabilidade por tais pagamentos.

Obs. VI: Em caso de interrupção nos serviços de acesso/conexão à internet estes deverão ser restabelecidos no prazo estabelecidos na legislação aplicável.

Obs. VII: O objeto do presente certame é a execução da estrutura física, com material, mão de obra e equipamentos, disponíveis para o imediato fornecimento dos serviços de acesso a internet, entretanto esses serviços somente terão início após o(s) munícipe(s) solicitar o mesmo diretamente do licitante vencedor, de modo que até que não haja ligação às propriedades dos munícipes não haverá prestação de serviços.

Das Condições de Pagamento

A infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) será custeada com parte de recursos do Governo do Estado – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR e contrapartida do Governo Municipal.

O pagamento pela instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados no objeto, de responsabilidade do Município (recursos do Governo Estadual e contrapartida do Governo Municipal) será efetuado em uma única parcela, em até dez dias após a execução integral da obra, com serviços disponíveis para imediato uso, mediante termo de recebimento, expedido pelo Setor de Engenharia do Município.

O pagamento pelos serviços de acesso à internet, com o fornecimento de link com velocidade mínima de 20 mbps download x 05 mbps upload, será efetuado mensalmente, proporcional aos serviços prestados, pelo munícipe respectivo, assim como as despesas com a execução da rede de transmissão da sede da comunidade respectiva até a propriedade do Munícipe, não tendo o Município qualquer responsabilidade por tal pagamento em eventual caso de inadimplência do Munícipe.

Da Habilitação/Credenciamento

Os interessados deverão cadastrar-se junto a Prefeitura Municipal de Gaurama, nos termos do parágrafo segundo do artigo 22 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, ou seja, até o dia 24 de setembro de 2018, apresentando os seguintes documentos:

I-Habilitação Jurídica:

- a) cédula de identidade dos sócios ou administradores/diretores;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em vigor;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) caso o licitante seja representado por procurador, deverá ser juntada procuração, com poderes ao procurador para decidir a respeito de todos os atos que forem necessários ao andamento da licitação.

II - Regularidade Fiscal:

- a) prova de inscrição no CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- d) certidões negativas ao INSS, na forma da lei, e FGTS;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

III - Qualificação Técnica:

- a) licença de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, a expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL;
- b) declaração firmada pelo licitante, com firma reconhecida em cartório por autenticidade, de que o mesmo tem disponibilidade para prestação de serviços objeto deste certame nos termos do Edital – devendo constar de forma expressa, que o licitante possui disponibilidade para, num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, entregar o sinal de internet por meio de fibra ótica, com disponibilidade mensal individual do ponto de rede, de no mínimo 98% (noventa e oito por cento);
- c) apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- d) comprovante, expedido pelo Município (Secretaria Municipal da Administração) de que o licitante, efetuou vistoria junto aos pontos onde os serviços deverão ser disponibilizados.
- e) declaração, sob as penas da lei, de que a conexão por fibra ótica se dará de ponta a ponta.

IV - Qualificação Econômica Financeira:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida a menos de 60 (sessenta) dias da data do cadastramento.

Os documentos constantes dos itens I a IV poderão ser apresentados no original, ou mediante fotocópia autenticada pelo tabelião ou funcionário do Município, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Do Recebimento das Propostas

As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, local e horário mencionado no preâmbulo, em uma via datilografada, assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos fechados, contendo na sua parte externa frontal as seguintes inscrições:

Prefeitura Municipal de Gaurama

Tomada de Preço n.º 10/2018

Envelope n.º 01- Habilitação

Nome do Proponente: _____

Prefeitura Municipal de Gaurama

Tomada de Preço n.º 10/2018

Envelope n.º 02 – Proposta Financeira

Nome do Proponente: _____

O envelope n.º 01 deverá conter:

- a) certidão de registro cadastral fornecido pelo Município de Gaurama, especificamente para a presente licitação, nos termos do artigo 22 parágrafo 2º da Lei 8.666/93;
- b) se o proponente for representado por procurador deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito de atos constantes da presente licitação.

O envelope n.º 02 deverá conter:

- a) proposta financeira indicando o valor do material e equipamentos, da mão de obra e o valor global no somatório de ambos, bem como o valor do link para um período de doze meses para cada um dos pontos;
- b) validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 dias, sendo que se não consignada na proposta será esta assim considerada.

Do Julgamento

O julgamento será realizado pela Comissão de Licitações levando-se em conta o menor preço global para a infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) e para o fornecimento de um link, na velocidade mínima indicada, para os dois pontos, por um período de doze meses.

Para efeito de julgamento esta licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) e para o fornecimento de um link, na velocidade mínima indicada, para os dois pontos, por um período de doze meses, contudo os licitantes deverão indicar o valor total dos materiais e o valor total de mão-de-obra e equipamentos, e bem como o valor mensal dos serviços de conexão/acesso à internet, para as velocidades indicadas.

A licitação será processada e julgada com observância aos artigos 43 e 44 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo segundo do artigo 3º da Lei n.º 8.666/93, e legislação aplicável, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

Serão desclassificadas as propostas cujo valor global para a infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) superar o valor de **R\$ 39.525,00 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais)** que é o preço orçado da mesma, dele excluído o valor mensal do link para um período de 12 (doze) meses para cada um dos pontos.

Dos Recursos

Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Do Prazo para Assinatura do Contrato

Esgotados todos os prazos recursais e estando homologada a decisão da comissão de licitações, o Município convocará o licitante vencedor para a assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a notificação, sob pena de decair do direito de contratação sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

Este prazo poderá ser prorrogado se o licitante vencedor apresentar justificativa, dentro do prazo, aceita pelo Município.

Se dentro do prazo o licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato, a administração convocará o licitante remanescente, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto a preços utilizados pelo critério previsto neste edital, ou revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei nº 8666/93.

Da Entrega/Execução do Objeto Licitado

A obra objeto do presente certame, a infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados), deverá ser executada num prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da autorização de início da obra, deixando a mesma em condições e com sinal de internet para uso imediato, podendo ser prorrogado na ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pelo licitante vencedor e aceito pelo Município.

Das Penalidades

Pelo inadimplemento das obrigações seja na condição de participante do certame ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 2% sobre o valor estimado da contratação;

II - manter comportamento inadequado durante o certame: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

III - deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 4% sobre o valor estimado da contratação;

IV - executar o contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

V - executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

VI - inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 4% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

VII - inexecução total do contrato: suspensão de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

VIII - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Das Disposições Gerais

Os licitantes interessados, para participarem da presente licitação, deverão, nos termos do parágrafo segundo do artigo 22 da lei das licitações, cadastrarem-se junto ao Município de Gaurama. Os licitantes que não efetuarem o cadastramento específico para a presente licitação apresentando a documentação exigida neste edital, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, serão sumariamente inabilitados.

Somente poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas.

As empresas que se enquadram nas disposições da Lei Complementar 123/06, para fazerem jus aos seus benefícios deverão, com o envelope da habilitação, apresentar a documentação comprobatória.

Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião do recebimento.

Não serão admitidos, por qualquer motivo, modificações e/ou substituições das propostas e documentações exigidas no edital e não apresentadas na reunião do recebimento.

Somente terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e/ou contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da comissão permanente de licitações.

Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a documentação não serão admitidos os participantes retardatários.

É parte integrante deste edital a minuta contratual, plantas, projetos e detalhamentos da obra, e modelo da planilha de proposta financeira da obra.

O licitante vencedor deverá providenciar o registro da obra junto a previdência social, sendo o responsável por seu pagamento, observado os percentuais e procedimentos definidos.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre o objeto licitado, será retido, nos valores definidos em lei, quando dos pagamentos.

No ato do recebimento da autorização de início da obra o licitante vencedor deverá apresentar a ART de execução da obra.

O Departamento de Engenharia do Município efetuará o acompanhamento e fiscalização da execução das obras.

O Município, observada a disponibilidade financeira, o interesse público, a oportunidade e conveniência, poderá definir que as obras sejam executadas em parcela superior ou inferior aquela constante deste edital.

O objeto deste certame é a prestação de serviços de acesso à internet por meio de fibra óptica, com fornecimento de rede de transmissão, serviço de conexão à internet, com velocidades mínimas, a serem disponibilizados em dois pontos localizados na área rural do Município, sendo um ponto na sede da Comunidade de Linha 9 e outro ponto na sede da Comunidade de Linha Alto Caçador, com manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, tudo conforme plano de trabalho,

plantas, projetos, memoriais, planilhas e detalhamentos. O licitante deverá analisar minuciosamente o projeto e orçar a obra com base nas dimensões, cotas de nível e volumes indicados nos desenhos do projeto e de acordo com as especificações de materiais e serviços do projeto. O licitante pelo valor indicado na proposta deverá executar o objeto.

Dos Anexos

Constitui-se anexo do Edital:
Anexo I - Minuta do contrato;
Anexo II – Plantas, projetos e demais detalhamentos da obra;

Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.09.24.722.0166.1101 – Infraestrutura de Internet no Meio Rural

3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4490.51 – Obras e Instalações

4490.52 – Equipamentos e Material Permanente

Das Disposições Finais

É assegurado a Administração Municipal o direito de anular a presente licitação sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos, reclamações ou indenizações.

Fica assegurado ao Município o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente licitação, por interesse público, sem que assista ao licitante direito a indenizações.

As questões não previstas neste edital serão resolvidas pela comissão de licitações com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito, em especial a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Demais informações acerca da presente licitação poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (54) 3391-1200, no horário de expediente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GAURAMA, AOS 05 DE SETEMBRO DE 2018.

LEANDRO MÁRCIO PUTON
Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE INTERNET EM FIBRA ÓTICA, SERVIÇOS DE ACESSO/CONEXÃO À INTERNET, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO

Contratante: Município de Gaurama, RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com a sede administrativa na Rua João Amandio Sperb, nº 338, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.428/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Leandro Márcio Puton.

Contratada: _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº _____, localizada na _____, neste ato por seu representante legal, Sr(a). _____, firmam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O presente contrato regula-se por suas cláusulas, pelas disposições do edital do qual decorre e se vincula, aplicando-se supletivamente as disposições de direito público, a teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado aplicáveis ao caso.

Cláusula Segunda: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de acesso à internet por meio de fibra ótica, com fornecimento de rede de transmissão, serviço de conexão à internet, com velocidade mínima (link) de 20 mbps download x 05 mbps upload , sete dias por semana, 24 horas por dia, a serem disponibilizados em dois pontos localizados na área rural do Município de Gaurama/RS, sendo um ponto na sede da Comunidade de Linha 9 e outro ponto na sede da Comunidade de Linha Alto Caçador, com manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, tudo conforme plano de trabalho, plantas, projetos, memoriais, planilhas e detalhamentos que fazem parte deste contrato.

Obs. I: O objeto deste contrato visa disponibilizar serviços de acesso à internet na zona rural do Município de Gaurama/RS.

Obs. II: O Município irá arcar com as despesas para que os serviços de acesso à internet estejam disponíveis aos munícipes na sede das comunidades indicadas, custeando as despesas com material, mão de obra e equipamentos que se fizerem necessário.

Obs. III: Eventual rede de transmissão, o material, mão de obra e equipamentos necessários para interligar o ponto existente na sede da comunidade respectiva até a propriedade do munícipe interessado será de inteira e exclusiva responsabilidade deste tal custeio, cabendo também exclusivamente ao munícipe arcar com as despesas mensais com o fornecimento dos serviços de acesso à internet.

Obs. IV: O contratado não terá garantia de número mínimo ou máximo de munícipes interessados nos serviços de acesso/conexão à internet em cada comunidade.

Obs. V: As despesas de que tratam a observação III deverá ser buscada pelo contratado diretamente junto ao munícipe respectivo, não tendo o Município qualquer responsabilidade por tais pagamentos.

Obs. VI: Em caso de interrupção nos serviços de acesso/conexão à internet estes deverão ser restabelecidos no prazo estabelecidos na legislação aplicável.

Obs. VII: O objeto do presente contrato é a execução da estrutura física, com material, mão de obra e equipamentos, disponíveis para o imediato fornecimento dos serviços de acesso a internet, entretanto esses serviços somente terão início após o(s) munícipe(s) solicitar o mesmo diretamente do contratado, de modo que até que não haja ligação às propriedades dos munícipes não haverá prestação de serviços.

Cláusula Terceira: A obra de infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) objeto do presente contrato deverá ser executada num prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da autorização de início da obra, que é o prazo de vigência do presente, podendo ser prorrogado na ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela contratada e aceito pelo Município.

Cláusula Quarta: Pelo objeto do presente contrato o contratante pagará à contratada o preço total de R\$ _____ (_____), conforme Tomada de Preço nº 10/2018.

Parágrafo Primeiro: Do valor especificado no *caput* desta cláusula, R\$ _____ refere-se à mão-de-obra e, R\$ _____ compreende o material, equipamentos e despesas diversas, e R\$ _____ referente ao valor mensal do link, em cada um dos pontos.

Parágrafo Segundo: A obra de infraestrutura (instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados) será custeada com recursos do Governo Estadual - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR e contrapartida do Governo Municipal.

Parágrafo Terceiro: O pagamento pela instalação da rede e disponibilização dos serviços junto aos dois pontos indicados no objeto, de responsabilidade do Município (recursos do Governo Estadual e contrapartida do Governo Municipal) será efetuado em uma única parcela, em até dez dias após a execução integral da obra, com serviços disponíveis para imediato uso, mediante termo de recebimento, expedido pelo Setor de Engenharia do Município.

Cláusula Quinta: O serviço será executado por empregados da contratada devidamente registrado, treinado, uniformizado e com crachá de identificação.

Parágrafo Único: A contratada, por seus empregados e prepostos, deverá observar, na execução dos serviços, as plantas, projetos, detalhamentos e demais disposições constantes deste contrato, do edital e de seus anexos, relativos ao objeto do contrato, fornecidos pelo Município, bem como o prazo de execução definido neste instrumento.

Cláusula Sexta: A contratada deverá observar que os empregados designados respeitem as normas de segurança e higiene do trabalho, utilizando os equipamentos de proteção individual e do trabalho.

Cláusula Sétima: A contratada poderá disponibilizar para realização dos serviços tantos empregados quantos forem necessários para a boa execução do objeto do contrato.

Parágrafo Único: Caberá a contratada definir qual ou quais os empregados que prestarão o serviço. A escala de trabalho será de responsabilidade da contratada.

Cláusula Oitava: A execução do objeto será acompanhada por engenheiro designado pelo Município, o qual fiscalizará o andamento da obra.

Parágrafo Único: A contratada deverá emitir a ART de execução da obra.

Cláusula Nona: O uniforme bem como os equipamentos de proteção individual e coletivos necessários a execução dos serviços serão fornecidos pela contratada, bem como os equipamentos para execução do serviço.

Cláusula Décima: A contratada responsabiliza-se por todos os atos, fatos, omissões e danos à contratante, praticados por seus empregados, que resulte em infração ao presente instrumento.

Cláusula Décima Primeira: Os encargos tributários, fiscais, fundiários, sociais ou previdenciários inerentes a esta prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da contratada.

Cláusula Décima Segunda: O horário da prestação dos serviços, bem como as escala de trabalho serão definidas pela contratada.

Cláusula Décima Terceira: À contratante incumbe o pagamento do valor ajustado na forma e nos prazos convencionados, e à contratada a entrega do objeto do contrato nas condições avençadas.

Cláusula Décima Quarta: A contratada deverá observar que o material a ser utilizado na obra seja de boa qualidade esteja de acordo com as especificações constantes do projeto e detalhamentos da obra.

Cláusula Décima Quinta: Por inexistir relação empregatícia ou jurídica entre a contratante e os prepostos da contratada que forem designados para executarem serviços no objeto do contrato, a contratada assume também, perante a contratante, a obrigação de excluí-la de imediato de todo e qualquer processo ajuizado por empregado ou fiscalização de órgão governamental, isentando-a, por inexistência de qualquer vínculo trabalhista, excetuando-se a obrigação constante da cláusula seguinte.

Cláusula Décima Sexta: A contratada é a responsável pelo registro e pagamento do INSS da obra.

Cláusula Décima Sétima: O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) amigavelmente por acordo entre as partes;
- b) imotivadamente por qualquer das partes com comunicação prévia e por escrito com prazo de 30 dias;
- c) por descumprimento de alguma das cláusulas contratuais.

Cláusula Décima Oitava: Rescindido o contrato ficam ressalvados eventuais créditos decorrentes da execução do presente contrato, os quais deverão ser satisfeitos até o final do prazo da denúncia.

Cláusula Décima Nona: Pelo inadimplemento das obrigações seja na condição de participante do certame ou de contratante, a contratada, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 2% sobre o valor estimado da contratação;

II - manter comportamento inadequado durante o certame: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

III - deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 4% sobre o valor estimado da contratação;

IV - executar o contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

V - executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

VI - inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3(três) anos e multa de 4% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

VII - inexecução total do contrato: suspensão de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5(cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

VIII - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5(cinco) anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Vigésima Primeira: As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.09.24.722.0166.1101 – Infraestrutura de Internet no Meio Rural

3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4490.51 – Obras e Instalações

4490.52 – Equipamentos e Material Permanente

Cláusula Vigésima: Para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Gaurama-RS.

E por estarem assim justos e acertados lavrou-se o presente trecho em duas vias de igual teor e forma que após lido e achado conforme é assinado pelas para que surta seus efeitos.

Gaurama/RS, ____ de _____ de 2018.

LEANDRO MÁRCIO PUTON
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas: _____